

**PATRIMÔNIO E PAISAGEM:****A PRESERVAÇÃO DA ILHA DE BOA VIAGEM EM NITERÓI, RJ.**Regina Célia da Silva Costa (PPGARTES/UERJ)¹

264

RESUMO

Paisagens constituem-se naturalmente em ecossistemas fluidos e estéticos. Derivam inúmeras repercussões e relações, ainda mais quando inseridas no próprio tecido urbano. A ilha de Boa Viagem, em Niterói, e a pequena igreja instalada no topo criaram, desde o século XVII, uma espécie de lenda urbana, um local de influência repleto de significados culturais e afetivos. A baía de Guanabara integra inúmeros acervos arquitetônicos e paisagísticos. A situação da ilha da Boa Viagem, em especial, propicia a discussão da relevância desse patrimônio e da preservação de um dos conjuntos arquitetura-natureza mais expressivos da cidade de Niterói, RJ.

Palavras-chave: paisagem, preservação, história da arte, patrimônio urbano, identidade cultural.

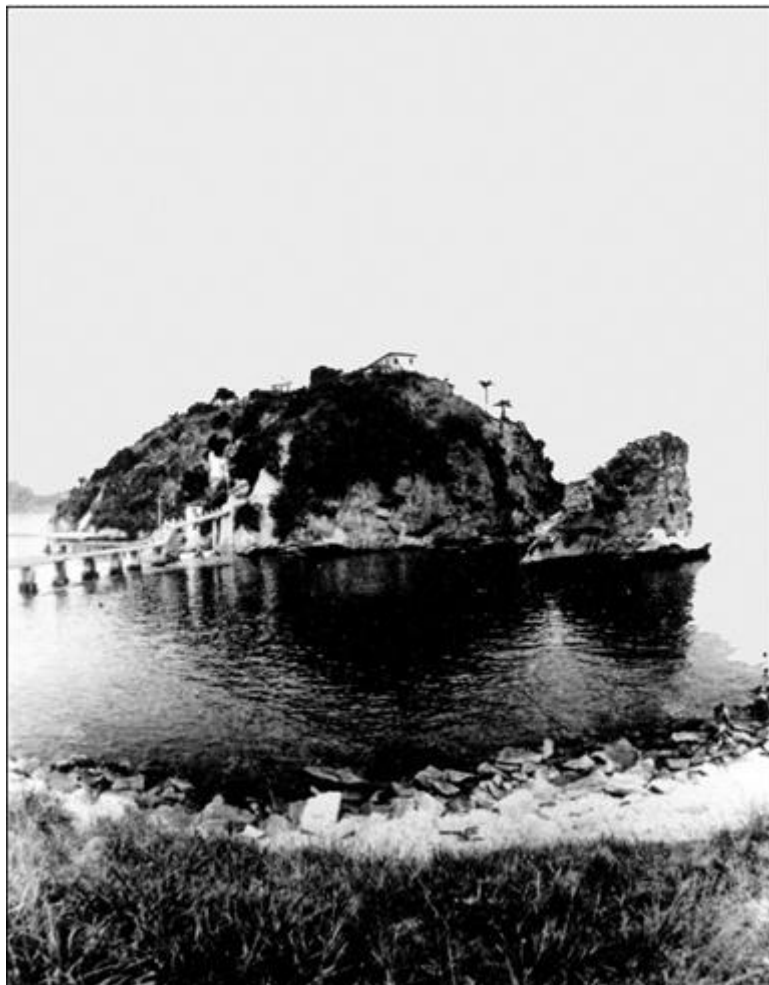
ABSTRACT

Landscapes ecosystems are naturally fluid and aesthetic. Derive numerous repercussions and relationships, especially when inserted into the urban fabric itself. The island of Boa Viagem, Niterói, and the small church that installs on top created, since the seventeenth century, a kind of urban legend, a place of influence filled with affective and cultural meaning. The Guanabara bay integrates numerous collections of architecture and landscaping material. The situation of the island of Boa Viagem, in particular, provides a discussion about the relevance of heritage and its preservation as a set of architecture-nature most expressive of the city of Niterói, RJ.

Keywords: landscape, preservation, art history, urban patrimony, cultural identity.

¹ Pesquisadora e escritora é Doutora em Literatura pela UFF. Desenvolve pós-doutorado em arte, cognição e cultura (PPGARTES/UERJ) com o projeto 'Maravilhas de Niterói, RJ', que tem como objetivo revitalizar o patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade. Publicou os livros Marechal Deodoro, a rua do Imperador e Ilha da Boa Viagem, paisagem-monumento da baía de Guanabara. Brasileira, reside em Niterói, RJ. E-mail: regccosta@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1258421385770098>.

O conjunto arquitetônico formado pela igreja e o fortim confere destaque à Ilha da Boa Viagem como um dos principais patrimônios culturais da cidade de Niterói. Datam do século XVII as construções mais antigas erguidas nessa ilha de reconhecida relevância para o entorno da baía de Guanabara. Esse valioso patrimônio histórico-cultural destaca-se por uma extensa rede de significações: valor arquitetônico, simbólico e paisagístico, funções na dinâmica social, presença recorrente em relatos de viajantes ao longo de vários séculos, além da repercussão de um extenso material iconográfico.



Almiro Baraúna – Boa Viagem, 1960 – fotografia.

No caso da Ilha da Boa Viagem, a paisagem, o monumento, a arquitetura, a história, a literatura, a pintura e a atividade náutica tecem um fascinante recorte da história

fluminense e do Brasil. Acionam funções sociais e significados estéticos, culturais e afetivos. As questões relativas ao pertencimento, à dinâmica entre os indivíduos e aos circuitos relacionais locais remetem a uma forma de pensar a paisagem e a cidadania através de seu ‘espírito do lugar’:

“Estes objetos selvagens, de passados indecifráveis, são para nós o equivalente do que eram alguns deuses da Antiguidade, os ‘espíritos’ do lugar. Como seus ancestrais divinos, eles têm papéis de atores na cidade não por causa do que fazem ou do que dizem, mas porque sua estranheza é muda e sua existência subtraída da atualidade” (CERTEAU, 1994, p.192/193).

A idéia de pertencimento aproxima-se menos da questão da origem e do enraizamento monolítico de determinados valores socioculturais e mais de uma concepção que privilegia a multiplicidade e a diversidade. Dessa forma seria possível pensar a estrutura de um rizoma (DELEUZE, GUATARI,1996), onde múltiplas raízes traduzem identidades que se reportam umas às outras e aos diferentes substratos paisagísticos, artísticos e culturais (GLISSANT,1990). Questão semelhante é apontada por CANCLINI (2011) ao teorizar sobre o conceito de hibridização no interior de processos artísticos e culturais. Ambas, a identidade e a heterogeneidade, devem se constituir em benefício para a criatividade individual e coletiva.

Através de um projeto de preservação e revitalização, efetivamente implementado, a Ilha da Boa Viagem acionaria seu potencial para se tornar um espaço rearticulado e renovado de fruição, legitimando o direito dos cidadãos à posse e à dinâmica dessa paisagem e seu entorno. “O imaginário urbano, em primeiro lugar, são as coisas que o solettram. Elas se impõem. Estão lá fechadas em si mesmas, formas mudas. Elas têm caráter. Ou melhor, são “caracteres” no teatro urbano. Personagens secretos” (CERTEAU, 1994, p.192).

Atualmente o acesso à Ilha de Boa Viagem e ao seu conjunto arquitetônico e paisagístico encontra-se interdito. Necessitando de restauro e de uma política cultural decisiva para sua revitalização o local encontra-se fechado para visitação desde 2008. Além disso, a privatização desse espaço público, desde o século passado, pela



Associação dos Escoteiros do Mar coloca em evidência uma situação totalmente anacrônica, tanto no contexto urbano e paisagístico e quanto na esfera da cidadania. Note-se que esse patrimônio encontra-se tombado nas esferas federal, estadual e municipal, porém essa condição ainda não se repercutiu efetivamente.

267

No primeiro semestre de 2011 a igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem recebeu verbas e reparos emergenciais da Prefeitura. A Secretaria de Cultura, a Secretaria de Urbanismo e a NELTUR – Empresa Niteroiense de Turismo pretendiam através da reabilitação dessa paisagem e de sua integração legítima ao espaço urbano, incorporá-la ao circuito cultural e turístico da cidade. Para isso foi concebido um projeto que incluía a recuperação da ponte, que liga o continente à ilha, o restauro da igreja e da torre sineira, o acesso à parte mais alta desse conjunto através de um plano inclinado, a recuperação das demais edificações existentes, a construção de um pequeno museu para exposições e eventos e a instalação de uma cantina. A Boa Viagem também integrava o Projeto Orla, que pretendia revitalizar bens patrimoniais e espaços turísticos à beira-mar. Devido a um impasse jurídico entre a Prefeitura e a Associação dos Escoteiros do Mar, que detém a guarda da ilha até hoje, esses projetos não se concretizaram.

Paisagem, monumento e patrimônio

A história do espaço urbano é relativamente recente. Até o século XIX, as cidades adquiriam significados por intermédio de seus monumentos ou por suas instituições formais: o espaço, propriamente dito, era o grande ausente. Interessante observar que a noção do patrimônio urbano histórico e paisagístico constituiu-se na contramão do processo de urbanização em voga (CHOAY, 2001). Acervos urbanos foram criados e legislações desenvolvidas e aplicadas para sua manutenção. Foram institucionalizados. Reuniram-se autoridades de diversas áreas para composição de platôs patrimoniais, áreas de preservação, sítios de tombamentos, além da esfera imaterial dos diversos saberes e fazeres. Essa recuperação do passado, contudo, não é estável. “Ele não acode à memória nem com os mesmos traços, nem com a mesma luz. Apenas se vê apanhado numa rede de valores humanos, nos valores da intimidade de um ser que não esquece...” (BACHELARD, 1996, p.99). A grande questão que se coloca é a indagação do que



esses bens realmente significam para a cidade e seus cidadãos. Se há interação relacional, se acontecem fenômenos de hibridização, de ressonância, de fruição em múltiplos estratos ou se esses bens congelaram-se num espaço urbano museológico. Ou ainda, se teriam a capacidade de se reinventar como espaços de existência no tempo vivido na atualidade.

A questão da preservação do patrimônio em relação ao processo de urbanização processa um campo de operações que afeta o fluxo da cidade e de seus bens culturais. Estrutura-se um espaço físico que deve (ou deveria) levar em consideração de que forma e com que finalidade seriam elaborados os projetos de preservação e reabilitação de áreas degradadas. Igualmente, se investigaria como todas as demandas se articulariam e qual a melhor forma de proteção para os acervos patrimoniais. É fato, entretanto, que o tecido urbano encontra-se explorado pelas tecnologias de consumo de massa: tornou-se um sistema dinâmico de informação e comunicação, incluindo-se aí também a especulação imobiliária e o turismo consumista.

Em relação à natureza e à paisagem sabemos que também são alvo do consumismo desenfreado. Sua preservação, entretanto, nunca esteve tão em pauta, seja por questões relacionadas à biosfera, seja pela potência do imaginário humano. “A verdade é que a região do mito e do sagrado, no passado – não tão remoto assim – era a natureza. A natureza era o que se encontrava além dos muros da cidade, o espaço não protegido, não organizado, não construído” (ARGAN, 2010, p.213). Daí derivaria a estética do sublime como dimensão do transcendente, do absoluto e da cidade, como lugar do relativo.

Essa tradição da natureza-santuário encontra-se no cerne de nossas questões atuais relativas à preservação dos acervos naturais, tanto do ponto de vista pragmático, quanto estético ou aurático. “Todas as nossas paisagens, do parque urbano às trilhas na montanha, têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões” (SCHAMA, 1996, p. 29). As relações que se estabelecem no caso de paisagens presentes e que dialogam diretamente com o entorno urbano, além de partilhar mitos e lembranças, possuem como característica uma surpreendente permanência ao longo dos séculos.



Essas relações fomentam a capacidade de moldar identidades, fomentar pertencimentos e legados culturais.

Ao penetrar no universo barroco europeu ARGAN (1970) explora a inquestionável função política das imagens. Os monumentos erguidos naquele momento, escultóricos ou arquitetônicos, continham a afirmação de um conteúdo simbólico e ideológico. Para ele, a cidade acaba se transformando em um sistema de comunicação, não apenas no sentido de deslocamento e de reação, mas também no sentido de transmissão de determinados conteúdos urbanos. O monumento funcionaria, dessa forma, como uma metáfora, uma alegoria que conciliaria autoridade e persuasão. Sua forma plástica tenderia a revelar a universalidade de um valor ideal, desenvolvendo-se e articulando-se no espaço das cidades.

A questão da visualidade do monumento, no que diz respeito à força de persuasão e à autoridade, desenvolveu-se explicitamente na América Latina, como por exemplo, na arquitetura colonial do México, Peru e Brasil. Nesses países pagãos ou recém-convertidos a persuasão era a propaganda da pregação catequética. A doutrina e a moral cristã eram explicadas utilizando-se, sempre que possível, o universo iconográfico dos indígenas, deixando para eles, na maioria das vezes, as tarefas de construção e decoração das igrejas, onde o sagrado e o profano misturavam-se.

Procurando oferecer um significado mais abrangente para explicar a integração entre a natureza e a ação humana defendemos a ideia de uma paisagem-monumento. Dessa forma, longe de se criar um afastamento entre o espaço social e o da paisagem, o conceito paisagem-monumento pretende valorizar a sinergia entre a natureza e a arquitetura e sua estrutura profundamente relacional. Se o conceito de monumento como um núcleo de grande prestígio passa pela expressão de seus valores simbólicos e ideológicos, ele necessariamente precisa se relacionar e se articular com a cidade e seu entorno. O MAC – Museu de Arte Contemporânea de Niterói, situado na orla da cidade e o Cristo Redentor, ícone da cidade do Rio de Janeiro, são exemplos dessa sinergia entre a paisagem natural e a criada pelo homem. Esses últimos exemplos acabaram se transformando numa expressão da identidade local. O primeiro caso identifica questões



que atravessam a autoestima e a contemporaneidade local, enquanto no segundo caso, há um reforço do imaginário no que tange à proteção divina (Deus é brasileiro) e ao mito da cidade hospitaleira, sempre de braços abertos.

Consideramos vários elementos que integram a diversidade de papéis desempenhados pela Boa Viagem, onde cultura, arquitetura, natureza e memória se entrelaçam. Sua localização privilegiada e importância estratégica para navegação e defesa da baía de Guanabara, seu destaque como espaço de pregação religiosa, evidenciado nas procissões populares e nas bênçãos dos barcos, seus significados e referências simbólicas para a sociedade como um todo são um convite para criação de um espaço de existência. Além disso, adquire-se o sentido de identidade quando a sociedade em questão tenta, através do mito ou de um discurso revelador, legitimar seu direito à posse do território (GLISSANT,1990).

Esse território, essa esfera relacional da ilha vem também alimentando o imaginário de artistas que, atraídos pelo exuberante vigor da natureza brasileira, repercutiram suas belezas. No século XIX, tivemos a ilha da Boa Viagem, de acordo com o depoimento do viajante EW BANK (1973, p.117), comparada ao Éden “E que paisagem! O mar era um lençol de prata... era uma paisagem do Paraíso”.

O conjunto ilha-igreja traduz-se em paisagem e, sendo um aspecto da natureza, influencia diretamente nossas emoções. A natureza é a causa primeira de onde procedem todos os efeitos e constitui-se em impulso que põe em movimento nossas ações e sentimentos. Ela se articula, desta forma, com os vários fenômenos presentes na existência humana e social. De um lado, encontram-se as paisagens pitorescas, acolhedoras e afetivas, e de outro, aqueles aspectos da natureza que são ameaçadores, sublimes, forças cósmicas que ultrapassam as forças humanas.



Édouard Hildebrant – Vista da Boa Viagem, 1848 – óleo sobre tela.

Paisagem e monumento. Monumento e paisagem. Eles reforçam-se mutuamente acumulando potencial de persuasão e de comunicação visual. A resultante imagética do conjunto exercita o diálogo entre o homem, a cidade e a paisagem. O sentimento do monumental encontra-se precisamente sua extensão ilimitada num espaço vizinho ou longínquo. Ao mesmo tempo, passado, presente e futuro. Espaço onde tanto a história quanto a natureza encontram seu lugar. Na forma do monumento se reencontra, no presente, a autoridade da história que se transmite pela lembrança e experiência do passado e futuro será sempre imaginado como uma antecipação desta experiência.

A paisagem e suas memórias

As situações e os fatos ocorridos na Ilha de Boa Viagem remontam ao século XVII, estruturando a geopolítica e a composição cultural dessa região. Essa parte da baía de Guanabara começou a ser colonizada quando a região foi oferecida, ainda no século



XVI, ao chefe indígena temiminó Araribóia, pela ajuda aos portugueses na expulsão definitiva dos invasores franceses.

Todo o levantamento histórico, literário e iconográfico dessa paisagem encontra-se reunido no livro ‘Ilha da Boa Viagem, uma paisagem-monumento da baía de Guanabara’ (COSTA, 2004). Fruto de uma minuciosa pesquisa que reuniu diversas fontes históricas e cartográficas, bem como a literatura de viagens e uma vasta iconografia, esse trabalho teve acesso a textos antigos no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Biblioteca Nacional e Centro de Memória Fluminense, entre outros. As cartas náuticas antigas utilizadas foram cedidas pela Marinha do Brasil e o material iconográfico, em variados acervos.

A construção da capela dedicada a Nossa Senhora de Boa Viagem data de 1650, tendo sido feita sob encomenda do português Diogo Carvalho da Fontoura, Provedor Real da Fazenda da província do Rio de Janeiro. A devoção a esta Santa já existia na Bahia, na praça de Boa Viagem, e em Portugal, sob a forma de oratórios, além de ser bastante difundida pelos navegadores e também por pescadores. Essa devoção possuía um caráter ao mesmo tempo religioso e supersticioso. Naquela época, eram bastante comuns, as romarias marítimas que terminavam em procissão à ilha de Boa Viagem, com oferta de ex-votos, oferendas constituídas, principalmente, por artefatos náuticos.

Curiosamente, a antiga capela construída na ilha, embora possuísse o estilo jesuítico da época, nunca sofreu a intervenção ou colaboração dos arquitetos da Companhia de Jesus. Ou seja, essa paisagem-monumento, fruto da obra da natureza e do homem, foi sempre um conjunto administrado pelo clero secular e pela força naval. A capela atendia também a esfera civil: em seu alpendre, uma cobertura avarandada, localizada na frente da igreja, legitimavam-se propriedades, através da assinatura de escrituras. Além de abrigo, de onde se podia desfrutar de uma vista privilegiada, era igualmente empregado como tribuna de honra durante as festividades religiosas.



As procissões marítimas que então se efetuavam eram carregadas de forte simbolismo. Antigamente o sentimento religioso manifestava-se através da devoção generalizada. As práticas religiosas ocupavam papel de destaque no cotidiano da sociedade como elementos essenciais, tanto para o equilíbrio interior do indivíduo, como para o conceito que desfrutavam em seu ambiente social. Poderosa, a igreja exercia sua autoridade, não apenas no terreno restrito da fé, mas sobre os próprios atos da vida civil, costumes e legislação. Os homens tinham para com ela obrigações tão imperativas quanto as que deviam às autoridades civis. Depositária do conhecimento numa época de ignorância, a Igreja reunia em seu clero os expoentes da cultura intelectual. Com isto aumentava-se ainda mais seu prestígio e reforçava-se sua autoridade espiritual.

Das diversas cerimônias religiosas que aconteciam as procissões eram as mais populares e concorridas. No caso específico das procissões marítimas, elas se caracterizavam pela presença marcante de navegantes. Em Boa Viagem a procissão não era tão espetacular quanto a que acontecia por ocasião do dia de São Sebastião, esta sim com grandes salvas de canhões. Na procissão dedicada à Nossa Senhora de Boa Viagem, ao contrário, não havia colaboração direta das fortificações. Normalmente, durante o mês de outubro, uma parte do cortejo saía do Rio de Janeiro e a outra da enseada de São Francisco e Jurujuba. Os dois cortejos encontravam-se no mar, rumavam em direção à ilhota dos Cardos e, depois, partiam para a Boa Viagem. Lá chegando, ancoravam ao lado da ponte e tinha início, então, a parte terrestre da procissão, com a subida dos duzentos degraus que o separavam do topo da ilha, onde estava a igreja.

Por outro lado, a ilha de Boa Viagem já aparece, desde o final do século XVI, nas cartas náuticas de navegadores, sobretudo franceses e portugueses. Eles a assinalavam como ponto de referência para as manobras de entrada da baía de Guanabara. As frotas mercantes e de guerra passavam pela Fortaleza de Santa Cruz, tangenciavam a ilha por conta das correntes marítimas, seguindo depois em linha reta até o porto do Rio de Janeiro. Evitavam, deste modo, as perigosas barreiras de recifes conhecidas como Parcel das Feiticeiras. É interessante assinalar que até a introdução de instrumentos náuticos modernos as manobras dentro da baía aconteciam desta forma. Desta forma, durante

séculos e - até hoje- a ilha da Boa Viagem serve como referência para navegação segura das embarcações.



Gustavo Dall'ara – Vista da ilha de Boa Viagem tomada do mar, 1910 – óleo sobre tela.

O primeiro cuidado dos descobridores foi dispor sempre a defesa contra possíveis inimigos vindos do mar – principalmente os corsários franceses – e, neste ponto, deve-se salientar o apurado senso militar dos portugueses. Das fortificações que ainda hoje constituem a rede de defesa do Rio de Janeiro, somente os fortes Imbuí e Copacabana são de localização recente, tendo sido construídos no início do século XX. Todos os outros se encontram nos mesmos pontos que foram determinados pelos portugueses, na época colonial, como os mais vantajosos e convenientes. Evidentemente o aperfeiçoamento das armas de fogo e o próprio desenvolvimento da cidade tornaram obsoletas muitas das fortificações. Em 1769 a Bateria da Boa Viagem foi convertida em Fortim com o acréscimo de mais peças de artilharia. Hoje se encontra em ruínas.

Sem dúvida era um local bastante inspirador e muitos foram os artistas que deixaram, por intermédio dessa paisagem, contribuições para a pintura local e nacional. Em voga durante e segunda metade do século XIX, a pintura de paisagens ao ar livre, fora dos ateliês da academia teve como precursor o Grupo Grimm. Estiveram inúmeras vezes na baía de Guanabara retratando o conjunto ilha-igreja da Boa Viagem e seu entorno. O grupo, organizado pelo pintor bávaro Johann Georg Grimm procurava investigando a luz natural e questionava a estrutura acadêmica vigente, trazida pela tradição da Missão Francesa. Esse grupo incluía, entre outros, Giovanni Battista Castagneto, Thomas Georg Driendl e Antônio Parreiras e se instalou em Niterói, próximo à ilha da Boa Viagem.



Georg Grimm – Ilha da Boa Viagem, 1884 – óleo sobre tela.

A preservação do conjunto da Boa Viagem começou a ser pensada e posta em prática no século XX. Após diversas construções e reconstruções, a Igreja de Boa Viagem ganha finalmente um projeto de restauração com o objetivo de resguardar suas características



originais. No início do século XX, Thomas Driendl, compatriota e discípulo de Georg Grimm, elaborou um projeto onde procurou preservar, o mais fielmente possível, suas características arquitetônicas. Essas obras foram concluídas em 1909.

Ilha e igreja ficaram abandonadas e, somente no início dos anos 30 tem lugar uma campanha para reforma e revitalização da igreja liderada pelo vigário de São Domingos, bairro vizinho. Nessa mesma época, o almirante Benjamim Sodré solicita à Marinha que lhe conceda a guarda da ilha e a partir de então, em 1934, a Boa Viagem retorna às suas atividades. Constroem então a Sede Náutico e o Castelo dos Escoteiros. O grupo dos Escoteiros do Mar assume a ilha e a sociedade civil deixou de ter livre acesso à ilha, exceto pelas atividades religiosas que ali aconteciam. Com o passar dos anos, há um esvaziamento do grupo e escasseiam as missas e as festividades. O processo de deterioração prosseguiu drasticamente. Os eventos que ocorreram nesse conjunto datam da construção da capela, até inícios do século XXI, confirmam ser quase por milagre a preservação desse patrimônio tombado, desde 1938, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A paisagem e a reintegração à urbe

A ilha de Boa Viagem vem desempenhando, ao longo do tempo que remonta aos primórdios da colonização portuguesa, múltiplas funções. Seja por sua localização privilegiada e importância estratégica para navegação e defesa da baía de Guanabara, ou por sua referência como ponto de pregação religiosa e de seu significado para a sociedade da época até os dias atuais, ou ainda pela repercussão artística e simbólica que oferece (COSTA, 2004).

O complexo arquitetônico mais antigo da ilha é formado pela Capela de Nossa Senhora de Boa Viagem erguida em seu ponto mais alto e pelo Fortim da Boa Viagem utilizado militarmente até o século XIX, atualmente em ruínas. Além destas edificações encontram-se ainda a Sede Náutica e o Castelo dos Escoteiros, ambas de construção mais recente, porém, também bastante deteriorados.



Mesmo as paisagens que mais parecem livres de nossa cultura sofrem nossa percepção transformadora e acabam por estabelecer significados. Muitos artistas, escritores e pensadores conseguiram a proeza de transformar uma topografia inanimada em agentes históricos com vida própria. Para além do clichê turístico comum as paisagens repercutem memórias, revelando a antiguidade e a complexidade de uma tradição paisagística. A ilha cumpre como paisagem uma função relacional, onde fruição, mitos e lembranças catalisam afetos e significados para a sociedade local. “Antes de poder ser um repouso para nossos sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996, p.17).

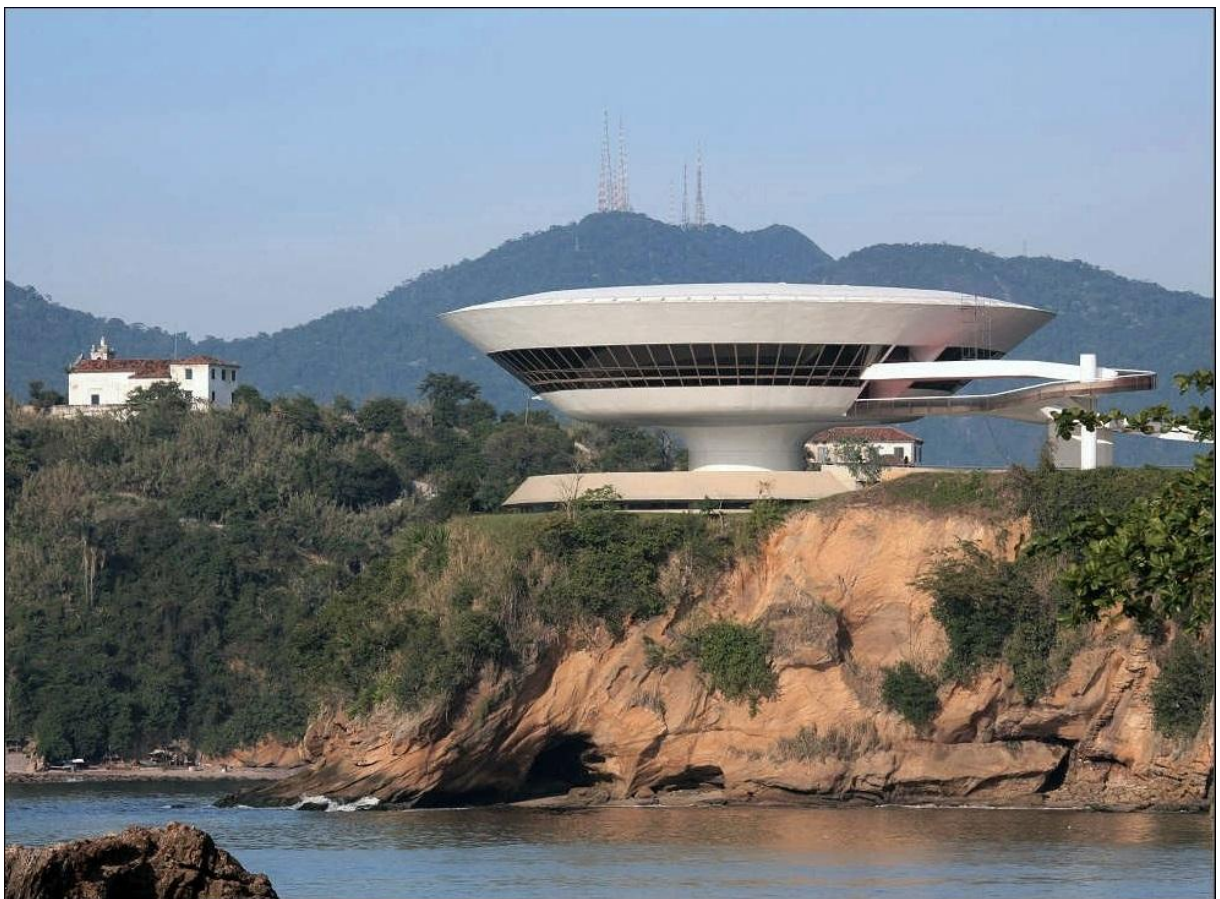
O tema da memória, assim como o da invenção das tradições, assume agora proporções renovadas quando são examinados criticamente pelos historiadores. Torna-se importante observar a articulação entre o tema da memória e a questão do imaginário de cada nação (BACHELARD, 1988). A memória pensada enquanto produção simbólica e parte do imaginário social, incluindo-se aí a arte, auxilia o historiador a duvidar de suas certezas em relação a um imaginário delineado por memórias cristalizadas apenas em fatos conhecidos.

Memória e tradição, enquanto produtos de um tempo determinado e de um conjunto social dado possuem o potencial de matéria-prima para o exercício da pesquisa histórica. Partindo do real em movimento, assim como a ideologia, a memória é um fenômeno sempre atual, onde o passado, mais que reconstituído, é reconhecido num plano afetivo e mágico, onde valores ilusórios e místicos podem renascer, de forma coerente, numa obra de arte.

A arte mostra que certa parcela da imaginação traduz-se no fazer, no manipular a matéria, e que a imaginação pode assim ter relação com a ação humana. O homem pode, através de sua imaginação operante, determinar antecipadamente a dimensão de sua própria ação. Ele pode se projetar num tempo e num espaço muito maior e mais abrangente que o do seu presente imediato. Numa dimensão mais vasta entrega-se à ficção: neste espaço se confere à ação uma característica histórica, monumental. A história, ela mesma devida à imaginação para de se voltar exclusivamente sobre o

passado. Ela reintegra um espaço e tempo mais imediato, tomando contato com a vida prática.

A ilha e a igreja de Boa Viagem encontram-se situadas num dos mais belos recantos da cidade de Niterói. Sobre as águas da baía de Guanabara, entre o Forte Gragoatá e o Museu de Arte Contemporânea, o conjunto ilha-igreja contrapõe o novo e o antigo, valorizando ainda mais o Caminho Niemeyer e oferecendo diversidade cultural. Constituem-se em patrimônio histórico e paisagístico de grande relevância, não apenas para a cidade, mas para a memória nacional.



Ricardo Zerrenner – Boa Viagem e MAC, 2007 – fotografia.

Finalmente, a paisagem-monumento da Boa Viagem deve sua imortalidade e sua atemporalidade à prevalência de suas múltiplas funções, sejam práticas ou estéticas. Ou ainda através de seu ‘espírito do lugar’. Dessa forma, por sobre a baía, através dos



séculos ela revalida sua característica monumental. Paisagem, arte, história, memória e tradição interagem aqui continuamente.

Referências bibliográficas

ARGAN, G. C. *L'Europe des capitales*. Paris: Albert Skira, 1970.

_____. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BACHELARD, G. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. Brasil: EDUSP, 2011

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 2*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COSTA, Regina Célia da Silva. *Ilha da Boa Viagem, uma paisagem-monumento da baía de Guanabara*. Niterói, RJ: Niterói Livros, 2004.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil em viagem ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 2 vols. 1973.

GLISSANT, Édouard. *Poétique de la Relation*. Paris: Gallimard, 1990.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.